

A vegetação em evidência na toponímia baiana: os Fitotopônimos no Território de Identidade 23 - da Bacia do Rio Corrente

The vegetation in evidence in Bahian toponymy: the Phytotoponyms in the Identity Territory 23 - of the Corrente River Basin

Rebeca Lorena Carrilho* 

Celina Márcia de Souza Abbade** 

RESUMO: O presente artigo apresenta uma análise dos fitotopônimos encontrados na hidronímia do Território de Identidade 23- Bacia do Rio Corrente. A língua inspira novos caminhos e desempenha, em toda a sociedade, um papel influente, com o intuito de transmitir pensamentos e emoções. A partir da palavra, o homem nomeia e identifica a realidade das coisas que existem. Dessa forma, investigar os recursos lexicais de um grupo contribui para entender a realidade e o aspecto que seus componentes estruturam o mundo que os rodeia. A investigação do léxico toponímico integra o objeto de estudo da Toponímia, um dos ramos da Onomástica, ciência que estuda as designações próprias. Enquanto a Toponímia se dedica ao estudo dos nomes próprios de lugares, a Antroponímia tem por base o estudo dos nomes próprios de pessoas. O presente artigo apresenta uma análise toponímica, cuja finalidade é o exame da origem e do significado dos fitotopônimos encontrados na hidronímia

ABSTRACT: This article presents an analysis of the phytotoponyms found in the hydronymy of the Territory of Identity 23- Rio Corrente Basin. Language inspires new paths and plays an influential role throughout society in order to convey thoughts and emotions. From the word, man names and identifies the reality of the things that exist. In this way, investigating the lexical resources of a group contributes to understanding the reality and the aspect that its components structure the world that surrounds them. The investigation of the toponymic lexicon integrates the object of study of Toponymy, one of the branches of Onomastics, a science that studies proper designations. While Toponymy is dedicated to the study of proper names of places, Anthroponymy is based on the study of proper names of people. This article presents a toponymic analysis, whose purpose is to examine the origin and meaning of the phytotoponyms found in the hydronymy of the aforementioned territory, with the aim of

* Mestra em Linguagens, Discurso e Sociedade pelo PPGEL/UNEB. rebeca.carrilho15@gmail.com

** Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Plena do PPGEL/UNEB. celinabbade@gmail.com

do território supracitado, tendo como intuito promover a elaboração do Atlas Toponímico da Bahia (ATOBAH), um dos projetos do Núcleo de Estudos Lexicais (NEL), com vistas a propiciar as informações a respeito da constituição cultural da localidade apresentada.

PALAVRAS-CHAVE: Onomástica. Toponímia. Fitotopônimo. Território de Identidade 23. Bacia do Rio Corrente.

promoting the elaboration of the Toponymic Atlas of Bahia (ATOBAH), one of the projects of the Nucleus of Lexical Studies (NEL), with a view to providing information about the cultural constitution of the presented location.

KEYWORDS: Onomastics. Toponymy. Phytotoponym. Identity Territory 23. Corrente River Basin.

1 Introdução

A vegetação pode ser vislumbrada como um elemento natural, indispensável para toda forma de vida. Nessa perspectiva, os recursos naturais são fundamentais para o equilíbrio ecológico da fauna e da flora. Por esse motivo, é imprescindível à preservação e manutenção da vegetação. É importante salientar os inúmeros benefícios na melhoria de vida do ser humano, através do fornecimento desses recursos naturais. Outro fator significativo a frisar é que cada ecossistema apresenta sua própria flora e, por este motivo, ele pode variar de acordo com o ambiente que se encontra. No Brasil, por exemplo, a flora possui uma enorme variedade vegetal, além de uma extensa biodiversidade de espécies de flores e frutos. Toda essa gama de recursos fornece uma vasta diversificação da flora dentro do território brasileiro.

É interessante perceber que a flora pode ser caracterizada dentro do espaço onde se encontra. Por essa razão, torna-se necessário conhecer o bioma de um determinado lugar para assim preservar o conjunto de flora e fauna que estão diretamente ligados à manutenção ecológica dos seres vivos. Nessas circunstâncias, é possível perceber que a vasta variedade de espécies pode inspirar o denominador de determinado lugar na nomeação dos acidentes geográficos, ou seja, é imprescindível compreender o processo de nomeação que perpassa os espaços geográficos. Desse modo, Dick (1990a, p.146), afirma que “a vegetação é parte integrante de um conjunto

natural, em que relevo, constituição do solo, acidentes hidrográficos, regimes climáticos, compõem um verdadeiro biosistema imprescindível ao homem e à qualidade de vida que nele pretenda instalar ou, pelo menos, usufruir”.

Tendo em vista exposto, é interessante perceber que a Toponímia surge em decorrência da significação e representação de uma dada comunidade, ou seja, o signo toponímico pode ser analisado pela motivação de características físicas, religiosas, ideológicas ou, até mesmo, ocasionado por sentimentos e crenças do denominador. À proporção em que penetramos na busca pelo resgate das intenções do homem no ato de nomeação do espaço, o saber toponímico poderá propiciar um retorno ao passado, que será de suma importância para o entendimento do movimento cultural de um determinado lugar. Consequentemente, isso quer explicitar que a Toponímia, conjugada com a história, é capaz de indicar os movimentos dos povos, como migrações e colonizações, além das regiões onde determinado grupo linguístico deixou seus traços (DAUZAT, 1926). Diante dessa afirmação, pode-se entender que o léxico toponímico reflete aspectos ideológicos e culturais de um determinado grupo. Em relação ao sintagma toponímico, ele é estruturado por dois constituintes, segundo Dick (1992, p.10): o primeiro é o elemento genérico formado pelo nome do acidente geográfico (rio, riacho, córrego, fazenda, sítio, cidade, rua, avenida...); e, o segundo, é o elemento específico, o topônimo que identifica, qualifica e particulariza o espaço nomeado.

A natureza do trabalho está fundamentada na construção de um referencial teórico pautado nos pressupostos teórico-metodológicos da Toponímia, bem como nas 27 *taxes* propostas por Dick (1990a), de acordo com a natureza física e antropocultural dos nomes de lugares, propiciando investigar as motivações toponímicas.

Esse trabalho é um recorte do estudo toponímico da hidronímia da Bacia do Rio Corrente, ou seja, o Território de Identidade 23 na divisão territorial baiana. O *corpus* desta pesquisa integra o banco de dados do Projeto Atlas Toponímico da Bahia (ATOBAH), do Núcleo de Estudos Lexicais (NEL/UNEB), e conta com o financiamento

da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), no qual foram abordados as taxas dos fitotopônimos dos recursos hídricos desse Território de Identidade.

2 Pressupostos teóricos

Cada cidade baiana é um manancial de conhecimentos acerca dos seus habitantes, da flora e da fauna local, bem como dos costumes e festas comemorativas que se encontram em determinadas localidades ao longo de todo ano. Sendo o quinto estado brasileiro de maior extensão territorial, a Bahia conserva histórias e saberes em seus 417 municípios, não apenas no aspecto hidrológico, como também no aspecto sociogeográfico. Por esse motivo, desde 2010, o Governo Estadual baiano adota a divisão territorial, denominada de *Territórios de Identidade* (T.I.), sendo a Bacia do Rio Corrente um deles. Essa delimitação territorial, resultado de um amplo debate entre entidades e órgãos competentes, que contou, também, com a participação da população residente dos municípios, busca aproximar os aspectos sociogeográficos, sociodemográficos, sócio-históricos e socioculturais num mesmo espaço.

A Bacia do Rio Corrente, objeto de apreciação dessa pesquisa, encontra-se situado no Extremo Oeste da Bahia, ocupando uma área de 44.813 Km² de todo o estado (SEI, 2018). É formado por 11 municípios, sendo eles: Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho. O território encontra-se na região do Semiárido, predominando, desse modo, os climas subúmido e úmido.

Com relação a hidrografia, a bacia do Rio São Francisco ocupa toda a região, ocasionando o chamado padrão paralelo, caso raro no Brasil, que possui um relevo escarpado e ligação com a erosão dos vales. Os espelhos d'água dessa região mais relevantes, segundo a SEI (2018), são as lagoas do Juazeiro, em Tabocas do Brejo Velho, do Pratudinho e do Pratudão, em Jaborandi, e do Formoso, em Cocos e Jaborandi.

A formação do TI 23 inicia-se, aproximadamente, no século XVIII, com a exploração de pedras preciosas e de minas de ouro nas águas do Rio das Éguas. Segundo dados da SEI (2018, p. 233), “a notícia da existência de ouro por essas terras fez afluir certa quantidade de pessoas em busca do metal precioso, o que, conseqüentemente, resultou no surgimento de um povoado primitivo como núcleo para abastecimento”. A primeira cidade a ser fundada foi Correntina no ano de 1866, batizada, primeiramente, de Vila de Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas. As cidades de Santa Maria da Vitória e Santana foram fundadas – respectivamente, em 1880 e 1890 - a partir do desenvolvimento da região que dividia espaço entre o ouro e a expansão da pecuária na região. Os outros municípios surgem somente nos anos de 1950 a 1980, com São Félix do Coribe sendo o último a ser formado, em 1989.

Antes da chegada dos exploradores, a região era habitada pelos povos indígenas Massacarás, Pontás, Aracujás, Pimenteiras e Cariris. Segundo dados da SEI (2018), os portugueses, oriundos de outras partes do litoral, passaram a explorar o Rio São Francisco e seus afluentes, sendo o Rio Corrente um deles, curso hídrico que banha quase todo o território.

Os primeiros povoados foram fundados onde se localiza, nos dias atuais, os municípios de Correntina, Santa Maria da Vitória e Santana. Esse território está “numa área estratégica, que o aproxima de estados das outras regiões do país, além de ter recursos naturais fundamentais, como oferta de água, o território atraiu agricultores, especialmente do Sul, a partir dos anos 1960” (SEI, 2018, p. 248).

A expansão do número de habitantes impactou, também, o crescimento econômico da região, que tem o setor da agropecuária como a sua principal fonte de renda, aliado ao comércio e aos serviços. Outro fator importante a esse mercado é a BA-172, que recebe o nome de Salvador – Brasília, principal rodovia que corta as cidades de Serra Dourada, Santana, Santa Maria da Vitória e São Félix do Coribe, servindo como meio de acesso para Canápolis, Tabocas do Brejo Velho e Brejolândia. De acordo com a SEI (2018), apesar da participação do TI 23 nas atividades primárias

de geração de riquezas, não existem na região malha ferroviária e aeroportos comerciais. Ainda assim, o perfil socioeconômico do supramencionado território possui proximidades com áreas produtoras de grãos, impulsionando a atividade agrícola, sendo considerado um setor homogêneo. A criação de gado, especialmente de bovino em locais do Cerrado e da Caatinga, é fruto das 20 comunidades de fundo de pasto, principalmente em Correntina.

3 Toponímia: pressupostos teóricos

A Toponímia passou a ser analisada como disciplina científica por volta de 1879, mas especificadamente na França, com os estudos iniciais de Auguste Longon. No ano de 1938, Dauzat, faz uma compilação minuciosa, promovendo o primeiro de muitos congressos que estariam por vir sobre a ocorrência da Toponímia em vários lugares do mundo. No Brasil, o movimento a respeito dos estudos toponímicos surge com a introdução dos teóricos Theodoro Sampaio e Levy Cardoso que abordam acerca das obras relacionadas ao tupi na Geografia Nacional, além da Toponímia Brasília em 1960. Os dois trabalhos publicados seguiam uma perspectiva, no qual se debruçada sobre o movimento etimológico indígena tupi. Com o passar do tempo, Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990) aprofunda os princípios toponímicos além de apresentar um modelo taxionômico que embasou sua pesquisa e fortificou os estudos toponímicos no Brasil.

O estudo toponímico se apropria dos estudos pautados em diversas áreas de estudos como as da Lexicologia, da Semântica, da Etnolinguística, da Dialectologia, da Antropologia etc., para realizar a análise dos nomes de lugares, ou seja, sua observação não se preocupa apenas com os aspectos etimológicos, mas também com as particularidades extralinguísticas para o entendimento da significação dos nomes de lugares. Os estudos toponímicos, de acordo com Rostaing (1961, p.7) está pautado em “investigar a significação e a origem dos nomes de lugares e também de estudar suas transformações”. É interessante notar que os estudos toponímicos caminham lado a

lado com os aspectos históricos de um determinado lugar. Nesse âmbito, Dauzat (1926, p.7) afirma que “a toponímia, conjugada com a história, indica ou precisa os movimentos antigos dos povos, as migrações, as áreas de colonização, as regiões onde tal ou tal grupo linguístico deixou seus traços”. Segundo Tavares e Isquierdo, (2006, p. 3),

Na dimensão linguística, o estudo dos topônimos – nomes de lugares – pode ser realizado sob diferentes perspectivas: análise de estratos linguísticos evidenciados pelos designativos, classificação taxionômica dos nomes e análise de taxes predominantes, discussão da motivação semântica dos nomes, estudo diacrônico referente às mudanças de nomes, análise da estrutura morfológica dos topônimos.

Diante do exposto, é possível perceber que as pesquisas nesta área não buscam apenas a origem do topônimo, mas também se preocupam com as motivações que permeiam a escolha de uma determinada nomenclatura. No Brasil, a tese de doutoramento da Profa. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, defendida em 1980, apresenta os fundamentos teóricos e metodológicos da Toponímia no país. A década de 1990 foi de grande importância para os estudos toponímicos no Brasil, pois, a partir desse período, os estudiosos na área passaram a aplicar a teoria e princípios metodológicos construídos por Dick, surgindo outras variantes regionais do Projeto ATB – Atlas Toponímico do Brasil.

O estudo toponímico acaba por ser tornar um testemunho da história. Dick (1990), buscou demonstrar que, quando se recupera o significado de um topônimo, também se descobre sua etimologia e sua história. Para ela,

[...] além de distinguirem, identificarem os acidentes de um determinado espaço geográfico, também se constituem como verdadeiros testemunhos históricos, podendo registrar fatos e ocorrências de momentos diferentes da vida de uma população, razão pela qual o nome adquire um valor que transcende ao próprio ato da nomeação. Assim, se a toponímia de uma região pode ser considerada como a crônica de um povo, registrando o presente para o

conhecimento das gerações futuras, o topônimo configura-se como o instrumento dessa projeção temporal. (DICK, 1990, p. 22).

É notório perceber que o estudo toponímico não se prende apenas aos aspectos linguísticos, mas é uma disciplina de configuração aberta e dinâmica. Há décadas o estudo toponímico abrange um caráter múltiplo. Como afirma Dick (1992),

[...] é uma disciplina que se volta para a História, a Geografia, a Linguística, a Antropologia, a Psicologia Social e até mesmo, à Zoologia, à Botânica, à Arqueologia, de acordo com a formação intelectual do pesquisador.” Nesta relação com outras áreas do conhecimento humano, a Toponímia “[...] recebe, ao mesmo tempo em que lhes fornece subsídios preciosos para suas configurações teóricas.”

A proporção em que penetramos na busca pelo resgate das possíveis intenções do homem no ato de nomeação do espaço, o saber toponímico irá propiciar um retorno ao passado, que será de suma importância para o entendimento do movimento cultural de um determinado lugar. Conseqüentemente, isso quer explicitar que a Toponímia, conjugada com a história, é capaz de indicar os movimentos dos povos, como migrações e colonizações, além das regiões onde determinado grupo linguístico deixou seus traços. (DAUZAT, 1926.). Diante desta afirmação, é possível entender que o léxico toponímico reflete aspectos ideológicos e culturais de um determinado grupo.

Nesse âmbito, percebe-se que a palavra possui a capacidade de ser vislumbrada como um poderoso mecanismo de poder, além de, a partir desse instrumento, o sujeito ser capaz de expressar uma ideologia. Com base nesse entendimento, é possível perceber que o nome que permeia os espaços públicos, é capaz de carregar uma fonte significativa antropológica a partir da cosmovisão do denominador. É importante perceber que o topônimo é uma fonte cultural cercada de conhecimento por “refletir de perto a vivência do homem, enquanto entidade individual e enquanto membro do grupo que o acolhe, nada mais é que reconhecer o papel por ela desenvolvido no ordenamento dos fatos cognitivos” (DICK, 1990, p. 19).

O fato principal é que, antes de tudo, o topônimo, ao ser fomentado, encontra-se a mercê das intemperanças do tempo, visto que existem fatores relacionados à significação, influências externas que podem gerar a modificação ou até mesmo o desaparecimento do seu significado original. Assim, é possível entender que a Toponímia possui uma perspectiva abrangente, abarcando as especificidades referentes a geografia espacial ligadas à função toponímica, como também a do referente temporal relacionado a memória toponímica. Dick (1990, p. 24) explica que:

[...] a aproximação do topônimo aos conceitos de ícone ou de símbolo, sugerido pela própria natureza do acidente nomeado, [...], vai pôr em relevo outras das características do onomástico toponímico, qual seja não apenas a identificação dos lugares mas a indicação precisa de seus aspectos físicos ou antropoculturais, contido na denominação.

Nessa perspectiva, compreende-se o aspecto multidisciplinar do signo toponímico, com base nesse argumento, tendo em vista que ele instaura um meio para inteirar-se da historicidade dos mais variados grupos que habitam ou habitaram determinado lugar. Outro fator pode estar relacionado com as características físico-geográficas da região, assim como as particularidades socioculturais de uma comunidade e, por fim, os aspectos linguísticos de origem diversificada da que empregada na atualidade estudada. Dessa forma, é possível compreender que a Toponímia, além de fornecer subsídios de estudos com a História, a Geografia e outras disciplinas, também estabelece uma relação que abarca o patrimônio cultural de um povo. Com base nisso, Dick postula o topônimo, como signo da língua “com forma expressiva e um conteúdo unívoco ou biunívoco, passa a incorporar, ele próprio, as características do espaço que nomeia”, (Dick 2007, p. 144). Desta forma, podemos perceber que, na Toponímia, “nome e coisa nomeada passam a significar o mesmo dado” (DICK, 2007, p. 144).

As contribuições de Dick ajuda-nos a compreender que os nomes de lugares refletem, de maneira significativa, a construção histórica de uma sociedade. Conforme

Dick afirma, os nomes próprios possibilitam a lembrança e as marcas culturais e sociais que um povo carrega, ou seja, [...] o nome doado e conhecido coloca o receptor no centro de convergências positivas e negativas, ou de vetores de forças que definirão personalidades e comportamentos, condutas e estilos de vida, tornando nome e indivíduo uma só entidade. (DICK, 2007, p. 218).

Entendendo que todo ato de nomeação possui uma carga simbólica que traduz a força ideológica de uma comunidade, Dick aponta que esse ato é “[...] um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes. [...] dos elementos atuantes, que se entrecruzam sob as formas as mais diversas, descortina-se a própria panorâmica regional”. Quando o sujeito nomeia um determinado lugar, ele está impregnado de valores enraizados da sociedade da qual está inserido. Com base nesse pensamento, a prática nominativa nos espaços geográficos é analisada como uma ação cultural do indivíduo.

4 A Fitotoponímia da Bacia do Rio Corrente

A vegetação do Território de Identidade 23 caracteriza-se como predominantemente diversificada. Além de vasta área ecológica, sua vegetação é o cerrado. O seu território está subdividido por duas regiões diferenciadas. Uma delas é representada pela região dos Gerais (cerrado), nas quais se encontram as cidades de Correntina, Jaborandi e Cocos e, a outra região, de Transição da Caatinga para o Cerrado, formada pelos Municípios de Santana, Brejolândia, Santa Maria da Vitória, Canápolis, Tabocas do Brejo Velho, Serra Dourada, Coribe e São Felix do Coribe. É importante salientar que, dos onze municípios, apenas sete estão inseridos como regiões do Semiárido sendo os Municípios de Santana, Coribe, Serra Dourada, São Felix do Coribe, Brejolândia, Tabocas do Brejo Velho e Cocos.

A fauna e a flora apresentadas nessa região são diversificadas e amplas, com a predominância de espécies limítrofes (lugares ou limites que são contíguos, próximos; fronteiro). Apesar dessa intensa manifestação de vegetal, existe uma vasta

degradação de espécies de flora e fauna em todo o território da Bacia do Rio Corrente, dentre as quais estão o Pau-Pintado, Barriguda Lisa, Cedro, Pau Branco, Aroeira, Jacarandá, Capinaçu, Coração de Nego e da flora medicinal como Unha-Danta, Quina, Barbatimão, Caroba, Angico e Mesquinha, entre outras.

O processo de desenvolvimento das atividades agropecuárias está ocorrendo em larga escala, contudo, os recursos naturais da região estão sob o domínio e controle dos órgãos governamentais para a ocorrência da preservação ambiental. Porém, os impactos que prevalecem na região estão relacionados com a degradação das nascentes e veredas, o desmatamento das extensas áreas de cerrado e veredas, além da grande escala de destruição da fauna e flora que vem promovendo com o passar do tempo a redução da capacidade produtiva da terra, a proliferação de pragas e a compactação do solo (PTDS, 2010). Nas áreas chamadas chapadões ao oeste baiano, um dos fatores mais importantes a frisar é o desmatamento das imensas áreas do cerrado, além do assoreamento dos canais de drenagem e leito dos rios. Dessa forma, a fauna é devastada indiscriminadamente.

Nessas circunstâncias, percebe-se a importância da vegetação para o processo e progresso econômico de uma determinada região. O estudo dos fitotopônimos na TI 23 pode funcionar como um registro das espécies da flora e a fauna existentes no pretérito, tendo-se em vista a degradação de algumas espécies na região, não apenas para a área dos estudos toponímicos, mas também para evidenciar a problemática ambiental.

Logo, é imprescindível analisar as fortes influências da fauna e da flora como forma de motivação toponímica. Mediante a esta afirmativa, Dick aponta:

É o caso da vegetação brasileira, que contribuiu com tantos nomes para a toponímia fitonímica, ou dos próprios animais que, independente de um determinado espaço, definido como habitat próprio, o distinguem pela sua presença, isolada ou em bandos (DICK, 1990, p. 41).

Dentre os 190 topônimos encontrados do Território de Identidade 23, 32 deles são fitotopônimos que demonstram a importância dos vegetais para a nomeação dos topônimos, envolvendo os recursos hídricos das cidades de Jaborandi, Correntina, Santana, Canápolis, Tabocas do Brejo Velho, Brejolândia, Coribe, São Félix do Coribe, Côcos, Santa Maria da Vitória, Canápolis, Serra Dourada, Coribe.

5 Os Fitotopônimos do Território de Identidade 23 - Bacia do Rio Corrente

A investigação dos topônimos relacionados à vegetação foi pautada na pesquisa através dos dicionários FERREIRA (1975), CUNHA (2010), HOUAISS (2009), NAVARRO (2013) e SAMPAIO (1987) para compreender a origem linguística do designativo. Em primeira instância, realizou-se um estudo acerca do levantamento hídrico do Território de Identidade 23, abrangendo o elemento físico, a localização a estrutura morfológica, as mudanças dos topônimos ao longo do tempo e o acréscimo de informações pertinente do objeto de investigação foram analisadas.

Dentre os topônimos encontrados na região, obteve-se a totalidade de 32 fitotopônimos, correspondentes dos acidentes físicos dos rios, riachos, córregos, lagoas e brejos do TI 23, que serão demonstrados a seguir, a partir dos dados levantados nas fichas lexicográfico-toponímicas, contendo: origem, etimologia quando possível, definição, informações enciclopédicas e localização.

Abóbora (Rio). Origem Portuguesa. Do lat. *apopëris*, ‘fruto da aboboreira, planta da família das *Cucurbitáceas* (plantas tipicamente trepadoras)’ (CUNHA, 2010). ‘Normalmente, tirante a amarelo-avermelhado, utilizadíssimo na alimentação humana, e cujas sementes, descascadas, entram no receituário médico popular como tenífugo’ (FERREIRA, 1975).

Ananás (Riacho). Origem Indígena. Do tup. o mesmo que *naná*, que por sua vez vem do *nheengatu naná*, ‘uma variação de abacaxi’ (NAVARRO, 2013).

Baraúna (Riacho). Origem Indígena. Do tup. *ybirá* 'madeira, pau' + *una* 'negro, preto', significa, 'a madeira preta' (SAMPAIO,1987); é uma 'árvore de até 17 metros (*Melanoxylon braúna*) da fam. das leguminosas, nativa do Brasil, com uma das mais duras e incorruptíveis madeiras de lei brasileira, acastanhada, quase negra nos espécimes mais velhos' (HOUAISS, 2009).

Brejinho (Riacho e Córrego). Origem Portuguesa. De origem controversa, diminutivo de **Brejo**, significa 'pântano' (CUNHA, 2010). Segundo Aurélio, seria 'um terreno sáfaro, agreste, um lugar úmido, frio e ventoso. Nesse ambiente o terreno onde os rios se conservam mais ou menos permanentes, e em geral fértil em virtudes dos transbordamentos anuais, por ocasiões da chuva' (FERREIRA, 1975).

Brejo (do) Espírito Santo (Córrego). Origem Portuguesa. **Brejo**, de origem controversa, significando 'pântano'. (CUNHA, 2010). Segundo, Aurélio seria 'um terreno sáfaro, agreste, um lugar úmido, frio e ventoso. Nesse ambiente o terreno onde os rios se conservam mais ou menos permanentes, e em geral fértil em virtudes dos transbordamentos anuais, por ocasiões da chuva' (FERREIRA, 1975); **espírito**, do lat. *spīritus- ūs*, 'parte imaterial do ser humano, alma'; **santo**, do lat. *sanctus*, 'sagrado que vive segundo os preceitos religiosos, alei divina', 'segundo a tradição judaico-cristã, atributo de Deus e um dos nomes, sublinhando a transcendência da natureza divina' (CUNHA, 2010).

Brejão (Riacho). Origem Portuguesa. Aumentativo de **brejo**, de origem controversa, significando 'pântano'. (CUNHA, 2010). Segundo Aurélio, seria 'um terreno sáfaro, agreste, um lugar úmido, frio e ventoso. Nesse ambiente o terreno onde os rios se conservam mais ou menos permanentes, e em geral fértil em virtudes dos transbordamentos anuais, por ocasiões da chuva' (FERREIRA, 1975).

Brejo Velho (Riacho). Origem Portuguesa. **Brejo**, de origem controvertida, significando ‘pântano’ (CUNHA, 2010). Segundo, Aurélio seria ‘um terreno sáfaro, agreste, um lugar úmido, frio e ventoso. Nesse ambiente o terreno onde os rios se conservam maios ou menos permanentes, e em geral fértil em virtudes dos transbordamentos anuais, por ocasiões da chuva’ (FERREIRA, 1975); **velho**, do lat. *vētūlus*. ‘remoto, antigo, idoso, antiquado, gasto pelo uso’ (CUNHA, 2010).

(do) Brejo Verde (Riacho). Origem Portuguesa. **Brejo**, de origem controvertida, significando ‘pântano’. (CUNHA, 2010). Segundo Aurélio, ‘seria um terreno sáfaro, agreste, um lugar úmido, frio e ventoso. Nesse ambiente o terreno onde os rios se conservam maios ou menos permanentes, e em geral fértil em virtudes dos transbordamentos anuais, por ocasiões da chuva’ (FERREIRA, 1975); **verde**, do lat. *vīrīdis*, ‘da cor mais comum nas ervas e nas folhas das árvores’ (CUNHA, 2010).

Buriti (Riacho). Origem Indígena. Do tup. Corr. *Mbiriti*, ‘árvore que emite líquido’; ‘a palmeira’ (SAMPAIO, 1967). De *meriti* (*yba*) – miriti, buriti, meriti, var. de ‘palmeira’ (NAVARRO, 2013). Já em Aurélio, buriti é ‘uma palmeira (*Mauritia vinífera*) dotada de fruto amarelo, do qual se extrai óleo e broto terminal comestível, e de cujo espique e espádices se fabrica o vinho de buriti’ (FERREIRA 1975).

Cajueiro (Riacho e Córrego). Origem Indígena. Deriv. de **caju**, ‘*acayú*’ (SAMPAIO, 1987)’. ‘É o nome dado principalmente a uma árvore da fam. das anacardiáceas, gênero *Anacardium* (*Anacardium occidentale*), de flores pequenas, avermelhadas e perfumadas, que exalam um odor muito forte’ (NAVARRO, 2013).

Camaçari (Riacho). Origem Indígena. Do tup. *Cama-çary*, ‘a lágrima do peito, isto é, o fio de leite; alusão à matéria leitosa que deita a árvore deste nome, quando ferida’. ‘Pode também proceder de *caá-moçary* que quer dizer planta que lacrimeja’. ‘Madeira

de que, outrora, se faziam caixas para a exportação do açúcar' (SAMPAIO, 1987); Segundo Navarro, *Kamasary* é 'uma espécie de árvore combretácea'. (NAVARRO, 2013).

Canabrava ~ Cana brava (Riacho). Origem Portuguesa. Deriv. de cana, do lat. *canna*, deriv. do gr. *Kánna*, 'caule de várias plantas da fam. das gramíneas, tais como o bambu, a cana-de-açúcar etc.' + BRAVA, do lat. *barbarus*, 'corajoso, valente, intrépido'. 'feroz selvagem (CUNHA, 2010); 'cana, neste caso, estará por canavial, canaviais e, se assim for, o nome resultará da existência nos locais por ele conhecidos da abundância de canaviais silvestres. 'Na toponímia brasílica brasileira, há Cana-Bravão (Baía) e Cana-Bravinha (Baía, Ceará, Piauí, Minas Gerais, Goiás)' (MACHADO, 1984).

Canápolis (Riacho). Origem Portuguesa. **Cana**. Do lat. *canna* derivado do grego *Kánna*, 'caule de várias plantas da família das gramíneas, tais como o bambu e a cana-de-açúcar; POLE, derivação do grego *pólis* que significa 'cidade'. Assim formando a palavra CANA + PÓLIS = *Canápolis* (CUNHA, 2010).

Catulé (Córrego). Origem Indígena. Não parece de procedência tupi; alteração de *Catolé*, 'é um vocábulo do sertão com que se denomina a palmeira' (SAMPAIO, 1987).

Côcos (Riacho). Origem Portuguesa. 'orig. papão'. 'ext. designação comum a várias espécies de palmeiras e aos seus frutos'. De origem controversa, 'designação a várias espécies de palmeiras e aos frutos. O fruto do coqueiro foi assim denominado pelos portugueses em razão da sua semelhança com as figuras de cabeças com que se assustavam as crianças (os papões)' (CUNHA, 2010). Já em Aurélio, coco vem do grego *kókkos*, pelo lat. *coccu*, 'bactéria de forma arredondada. Porção individualizada em que se fragmentam, na maturidade, vários frutos capsulares' (FERREIRA, 1975).

Galho Grande (Riacho e Córrego). Origem Portuguesa. **Galho**. Do lat. *galleus*, 'ramo de árvore' (CUNHA, 2010). 'A parte do ramo que fica presa ao caule depois de partido o ramo' (FERREIRA, 1975); **grande**, do lat. *grandis*, 'vasto, comprido, desmedido, numeroso' (CUNHA, 2010). 'De tamanho, volume, intensidade, valor acima do normal. De grande extensão' (FERREIRA, 1975).

Jataí (Riacho). Origem Indígena. Do tup. *yá-atã-y*, 'árvore de fruto duro *yá-atã*'. 'É a árvore *Hymenea Cubaril*. Alt. *Gitahy, Jutahy*. Designa também uma qualidade de abelha, que toma este nome pela predileção de se aninhar nesta árvore' (SAMPAIO, 1978).

Juazeiro (Riacho e Lagoa). Híbrida. Do tup. *yú-á*, 'juá, fruto espinhoso' (GREGÓRIO, 1980), acrescido do sufixo português *eiro*, 'pé de juá', 'árvore de 10 m (*Ziziphus joazeiro*), da fam. das ramnáceas, nativa do Brasil (PI até MG), de folhas serreadas e trinérveas, inflorescências em cimeiras globosas, drupas amarelas e comestíveis, casca amarga, adstringente e febrífuga' (HOUAISS, 2009).

Limoeiro (Riacho). Origem Portuguesa. Deriv. de **limão**, do lat. *limon-onis* 'fruto do limoeiro, planta da família das rutáceas, introduzida pelos árabes na região mediterrânea'. Forma divergente de lima. (CUNHA, 2010). Segundo Aurélio, limoeiro 'é uma árvore espinhosa e aromática, da família das rutáceas, originária da Índia, de folhas grandes, ovadas, com o pecíolo desprovido de asa, flores solitárias, com a corola ampla, alva externamente' (FERREIRA, 1975).

(do) Mato (Riacho e Córrego). Origem Portuguesa. Do lat. *matta*, 'terreno onde nascem árvores silvestres'. 'bosque, selva' (CUNHA, 2010). 'Terreno inculto onde medram plantas agrestes; brenha, charneca, mata. O conjunto dessas plantas, antes e depois de cortadas' (FERREIRA, 1975).

(do) Melado (Riacho). Origem Portuguesa. Derivado de **Mel**, do lat. *mel-llis*, 'substância doce formada pelas abelhas', 'figura doçura, suavidade' (CUNHA, 2010). 'De (mel + -ado). Da cor do mel. Calda grossa, feita com rapadura e usada como sobremesa. A calda grossa do açúcar de que se faz rapadura; mel de engenho' (FERREIRA, 1975).

Pageú (Córrego). Origem Indígena. Do tup. *pagehú*, 'o feiticeiro come ou vive'. É o nome de uma planta (*Triplaris Pacháú*) (SAMPAIO, 1987). 'Pajeú, de *paie+y*, 'rio dos pajés' (NAVARRO, 2013).

Pequizeiro (Riacho e Córrego). Origem Indígena. Deriv. de *pequi*, do tup. *peke'i*, 'árvore cariocaráceas – (Espécie de árvore é raramente encontrada nos arbustos)' (NAVARRO, 2013).

Quixabá (Riacho). Origem Indígena. Deriv. de **quiçaba**, do tup. *keçaba* 'o ninho, o lugar de dormir' (SAMPAIO, 1987). Em seu dicionário, Houaiss citando Nascentes acredita que esse vocábulo é de origem indígena, 'o fruto da quixabeira [árvore de até 15 m (*Sideroxylon obtusifolium*), da fam. das sapotáceas, nativa do Brasil (PI a MG), com espinhos fortes, folhas coriáceas, flores aromáticas e bagas roxo-escuras, doces e comestíveis; quixaba] (HOUAISS, 2009).

(do) Rosário (Riacho). Origem Portuguesa. Derivado de **rosa**, do lat. *rosa-ae*, 'a flor da roseira' (CUNHA, 2010). 'Sua corola é dobrada, consta de muitas pétalas, formada à custa da transformação dos estames. Tem colorido variado (branco, amarelo, inúmeras tonalidades de vermelho, especialmente o muito claro). Aspecto belo e delicado, e aroma agradável. A flor das rosáceas' (FERREIRA, 1975).

(da) Samambaia (Riacho). Origem Indígena. Do tup. *çama – mbai*, ‘o traçado de cordas’; ‘cordas entrelaçadas formando parapeito; cordas emaranhadas; ‘alusão à trama confusa dessas plantas sociais, invasoras’. ‘No Norte do Brasil a samambaia é uma *Tilandsia*, vulgarmente conhecida por barba-de-velho, composta de filamentos emaranhados’ (SAMPAIO, 1978).

Sambaíba (Riacho). Origem Indígena. Do tup. *çama-yba*, ‘árvore de corda’ (SAMPAIO, 1978). ‘Árvores da família das *Dileniaceas* (cipós, arbustos e árvores, na maioria tropicais, com folhas muito variadas)’ (NAVARRO, 2013).

Taboca (Brejo e Riacho). Origem Indígena. Do tup. *ta-bóca*, ‘a haste furada, o tronco oco’. ‘É a gramínea conhecida (*Bambusa*)’ (SAMPAIO, 1987). ‘De *îataboka*, bambus de colmo muito alto, que alcança muitos metros’ (NAVARRO, 2013).

(da) Tabua (Riacho). Origem Portuguesa. Do polinésio *tabu*, ‘grande erva da família das *Tifáceas* (família de plantas), que vive em águas paradas e rasas, pois radica-se no fundo lamacento por meio de um rizoma, que é comestível. Têm folhas ensiformes, pontudas e resistentes, flores unissexuais e inconspícuas arrumadas em espigas grossas e compactas, de sexos separados, e espigas frutíferas com pelos que parecem paina. As folhas servem para tecer esteiras e cestos, e podem dar celulose para papel’. (FERREIRA, 1975).

Umburana (Córrego e Lagoa). Origem Indígena. Deriv. de **imburana**, do tup. *ymbú-rana*, ‘o imbu falso; semelhante ao imbu. (*Bursera leptophlocos*). Norte do Brasil’ (SAMPAIO, 1987). ‘É uma ‘árvore de até 6m de altura, da família das burseráceas, nativa da América do Sul, de madeira branca, rija, folhas compostas, flores em racemos axilares e frutos comestíveis’ (HOUAISS, 2009).

Vagem Grande (Riacho). Origem Portuguesa. VAGEM, do lat. *vāgīna*, ‘fruto seco, que se abre por duas fendas, característico das leguminosas. Forma divergente e popular de vagina’ (CUNHA, 2010). Segundo Aurélio, seria um ‘legume, feijão verde ou certo mineral amarelo-pardacento’ (FERREIRA, 1975); **GRANDE**. Do lat. *grandis*, ‘vasto, comprido, desmedido, numeroso’ (CUNHA, 2010).

(das) Varas (Lagoa). Origem Portuguesa. Do lat. *vara*, ‘ramo fino e flexível’ (CUNHA, 2010). ‘Pau direito’, ‘o cargo do juiz’, ‘antiga medida de comprimento’ (FERREIRA, 1975).

6 Análise dos dados

De acordo com a análise dos fitotopônimos do Território de Identidade 23 foi possível perceber uma forte contribuição da língua indígena no processo de nomeação dos recursos hídricos da localidade dos municípios. Dentre os 40 fitotopônimos destacados, 17 deles são de origem indígena, explicitando a grande relevância desse povo no processo de nomeação dos rios, riachos, córregos, lagoas e brejos. Seguindo esse raciocínio, é possível perceber que o topônimo, por diversas vezes, é motivado pela relação cultural, ou seja, esse mecanismo está intimamente ligado ao contexto situacional evidenciando sua relação com a historicidade do local, assim como a relação do nome com o objeto nomeado, para Dick:

A fixação das bases lexicais para definir lugares ou identidades pessoais dispensa, muitas vezes, a necessidade de se situar o objeto em um plano efetivo de representação [...] É o simbolismo das formas linguísticas que transforma nomes em lugares existenciais e indivíduos em personalidades sociais. A configuração de um local só acontece a partir do nome [...] (DICK, 2001, p. 79).

Esse resultado demonstra a importância dos povos indígenas para o processo nominativo dos recursos hídricos. No que tange aos fitotopônimos de origem

portuguesa, foram encontrados 21 fitotopônimos. Os nomes de origem portuguesa estão intimamente ligados às contribuições de todo o processo colonial que esse povo iniciou no território brasileiro. A presença de fitotopônimos de caráter híbrido é vislumbrado em alguns topônimos, no qual existe a presença da língua indígena e portuguesa através do riacho e da lagoa Juazeiro.

É importante destacar a contribuição dos estudos da flora brasileira no processo toponímico de um determinado lugar. Pode-se compreender, por intermédio da análise dos fitotopônimos que esse processo decorre da diversidade da flora e da forte relação, na qual o denominador foi motivado pelos fatores ambientais que o cercavam. Dessa forma, os elementos relacionados à vegetação são fundamentais para a sobrevivência humana. Por esta razão, é possível entender a valorização das espécies vegetais no processo nominativo de um lugar.

7 Considerações Finais

A cultura de uma sociedade pode ser representada pela organização e formação do léxico de uma língua. Dessa forma, as palavras que formam o sistema lexical de uma determinada língua possui a capacidade de transmitir a posição do sujeito em relação ao mundo. Essa observação das comunidades linguísticas possibilita a constatação de que o indivíduo, ao apropriar-se do léxico, confere nome a tudo que o rodeia, ou seja, o sistema lexical de uma determinada língua carrega consigo valores culturais, históricos e ideológicos de uma comunidade, haja vista a nomeação de um local pode ser analisada através desses aspectos.

Nessa perspectiva, é possível compreender que o topônimo surge devido ao comportamento desses elementos que são motivadores no registro da sociedade. Segundo Dick (1990), o lugar recebe o batismo de acordo com sua unidade identitária. Mediante ao exposto, é notório visualizar que os estudos toponímicos crescem significativamente, comprovando a importância desse aprendizado para uma visão amplificada acerca de um determinado lugar. Segundo Seabra (2004, p. 384) “a

Toponímia tem um compromisso com a língua como voz, ferramenta e fundamento da experiência humana, transmitindo informações e refletindo a história dos povos”.

Por conseguinte, o presente artigo busca explicitar a importância dos estudos acerca da vegetação, pois demonstra a valorização da flora como principal fonte de motivação toponímica.

Referências

CUNHA, A. G. da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DAUZAT, A. **Les noms de lieux**. Paris: Librairie Delagrave, 1926

DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições Arquivo Estado de São Paulo, 1990a.

DICK, M. V. de P. do A. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. *In*: PIRES DE OLIVEIRA, A. M. P; ISQUERDO; A. N. (org.). **As ciências do léxico**. Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 1a ed. 15. Impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. de M. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2008**. Disponível em: Acesso em: 07/11/2021.

NAVARRO, E. de A. **Dicionário de Tupi Antigo**. A língua indígena clássica do Brasil. São Paulo: Global, 2013.

PDTS. **Território de Identidade Bacia do Rio Corrente**. 1 ed. 2010. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio015.pdf

SAMPAIO, T. **O Tupi na Geografia Nacional**. 5ªed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

SEABRA, M. C. T. C. de. Referência e onomástica. *In: Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)*. Uberlândia: ILEEL, 2006. p. 1953-1960.

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Municípios**. s/d. Disponível em:

http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=266. Acesso em: 19 ago. 2021.

ROSTAIN, C. **Les noms de Lieux**. Paris: PressesUniversitaires de France, 1961.

TAVARES, M. C.; ISQUERDO, A. N. A Questão da Estrutura Morfológica dos Topônimos: Um Estudo na Toponímia Sul-Mato-Grossense. **SIGNUM: Estud. Ling.**, Londrina, n. 9/2, p. 273-288, dez. 2006. DOI <https://doi.org/10.5433/2237-4876.2006v9n2p273>

Artigo recebido em: 25.03.2022

Artigo aprovado em: 17.10.2022